

# TAMBORES, MOVIMENTOS NEGROS E DEMOCRACIA NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

MARINHO RODRIGUES  
MARCIO GOLDMAN

## RESUMO

Este texto consiste basicamente na transcrição editada de uma conversa pública entre seus autores<sup>1</sup>, realizada em 30 de setembro de 2016, pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em Itabuna, Bahia. O encontro fez parte do Seminário “Estéticas Negras e Ameríndias”, e serviu como preparação para o VI Congresso Baiano de Pesquisadores Negros, evento articulado à abertura do primeiro semestre letivo do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER/UFSB). Na conversa agora transcrita, os autores pensam juntos e discutem as implicações dos modos de fazer e pensar presentes nas religiões de matriz africana e em outras manifestações dos movimentos negros para a universidade brasileira, e a importância das ações afirmativas, como a política de cotas e os encontros de saberes, como meio para que um verdadeiro diálogo, simétrico e respeitoso, se estabeleça entre tradições cujas diferenças não significam nem que devam permanecer separadas, nem que uma delas deva desaparecer em benefício da outra. A conversa prolonga, assim, um diálogo que teve início em 1996, quando o antropólogo Marcio Goldman voltou a desenvolver suas pesquisas no Terreiro de Matamba Tombenci Neto, no qual Marinho Rodrigues é membro do ministério e parte da quinta geração da família que constitui, desde 1885, a base deste terreiro.

## PALAVRAS-CHAVE

Ações afirmativas; Religiões de matriz africana; Candomblé; Bahia; Ilhéus.

## *DRUMS, BLACK MOVEMENTS AND DEMOCRACY IN BRAZILIAN UNIVERSITY*

## ABSTRACT

This text is basically an edited transcript of a public conversation between its authors, held on September 30, 2016, by the Center for Afro-Brazilian Studies (NEAB) at the Federal University of Southern Bahia (UFSB), in Itabuna, Bahia. The meeting was part of the Seminar “Black and Amerindian Aesthetics”, and served as preparation for the VI Bahian Congress of Black Researchers, an event linked to the opening of the first academic semester of the Postgraduate Program in Teaching and Ethnic-Racial Relations (PPGER/UFSB). In the conversation, the authors think together and discuss the implications of the ways of doing and thinking of so-called African-Brazilian religions and in other manifestations of black movements for the Brazilian university. They also deal with the importance of affirmative actions such as the quota policy and the encounters of knowledge as a means for a true, symmetrical and respectful dialogue to be established between traditions whose differences do not mean that they should remain separate, nor that one of them should disappear in

---

<sup>1</sup> Marinho Rodrigues (Gilmário Rodrigues Santos), Tata Luandenkossi, é Tata Kambondo (ogã) do Terreiro Matamba Tombenci Neto (Ilhéus, Bahia), e presidente da Organização Gongombira de Cultura e Cidadania (Ilhéus, Bahia). Entre outras militâncias e cargos, foi presidente do Grupo Cultural Dilazenze e do Conselho das Entidades Afro-Culturais de Ilhéus.

Marcio Goldman, Tata Sumbunanguê, é Tata Mabaia (ogã) do Terreiro Matamba Tombenci Neto (Ilhéus, Bahia), professor titular de antropologia social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro), e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Além de outros trabalhos, juntos são autores de “A Dona da Terra. Jupira do Tombenci, Suas Caboclas, Seus Caboclos” (Debates do NER 20 (38): 315-336, ago./dez. 2020).

favor of the other. The conversation thus prolongs a dialogue that began in 1996, when anthropologist Marcio Goldman resumed his research at the Terreiro de Matamba Tombenci Neto, in which Marinho Rodrigues is a member of the ministry and part of the fifth generation of the family that has constituted, since 1885, the base of this terreiro.

### KEYWORDS

Affirmative actions; African-Brazilian religions Candomblé; Bahia; Ilhéus.

### *TAMBOURS, MOUVEMENTS NOIRS ET DÉMOCRATIE À L'UNIVERSITÉ BRÉSILIENNE*

### RÉSUMÉ

Ce texte consiste essentiellement en une transcription révisée d'une conversation publique entre ses auteurs, tenue le 30 septembre 2016, par le Centre d'Études Afro-Brésiliennes (NEAB) de l'Université Fédérale du Sud de Bahia (UFSB), à Itabuna, Bahia. La réunion faisait partie du Séminaire "Esthétiques Noires et Amérindiennes" et a servi de préparation au VI Congrès des Chercheurs Noirs de Bahia, événement lié à l'ouverture du premier semestre universitaire du Programme de Études Supérieures en Enseignement et Relations Ethno-Raciales (PPGER/UFSB). Dans la conversation maintenant transcrite, les auteurs réfléchissent et discutent les implications des manières de faire et de penser présentes dans les religions d'origine africaine et dans d'autres manifestations des mouvements noirs pour l'université brésilienne, et l'importance des actions affirmatives, comme la politique des quotas et les rencontres du savoir, comme moyen d'un dialogue véritable, symétrique et respectueux, à établir entre des traditions dont les différences ne signifient pas qu'elles doivent rester séparées, ni que l'une d'elles doit disparaître au profit de l'autre. La conversation prolonge ainsi un dialogue qui a commencé en 1996, lorsque l'anthropologue Marcio Goldman a repris ses recherches au Terreiro de Matamba Tombenci Neto, dans lequel Marinho Rodrigues est membre du ministère et fait partie de la cinquième génération de la famille qui s'est constituée, depuis 1885, la base de ce terreiro.

### MOTS CLÉS

Actions affirmatives; Religions afro-brésiliennes; Candomblé; Bahia; Ilhéus.

### *TAMBORES, MOVIMIENTOS NEGROS Y DEMOCRACIA EN LA UNIVERSIDAD BRASILEÑA*

### RESUMEN

Este texto consiste básicamente en una transcripción editada de una conversación pública entre sus autores, realizada el 30 de septiembre de 2016 por el Centro de Estudios Afrobrasileños (NEAB) de la Universidad Federal del Sur de Bahía (UFSB), en Itabuna, Bahía. El encuentro formó parte del Seminario "Estética Negra y Amerindios", y sirvió de preparación al VI Congreso Bahiano de Investigadores Negros, evento vinculado a la apertura del primer semestre académico del Programa de Posgrado en Docencia y Relaciones Étnico-Raciales (PPGER / UFSB). En la conversación ahora transcrita, los autores piensan juntos y discuten las implicaciones de las formas de hacer y pensar presentes en las religiones de origen africano y en otras manifestaciones de los movimientos negros para la universidad brasileña, y la importancia de las acciones afirmativas, como la cuota. la política y los encuentros de saberes, como medio para establecer un diálogo verdadero, simétrico y respetuoso, entre tradiciones cuyas diferencias no significan que deban permanecer separadas, ni que una de ellas deba desaparecer en favor de la otra. La conversación prolonga así un diálogo que se inició en 1996, cuando el antropólogo Marcio Goldman retomó su investigación en el Terreiro de Matamba Tombenci Neto, en la que Marinho Rodrigues es miembro del ministerio y parte de la quinta generación de la familia que ha constituido, desde 1885, base de este terreiro.

### PALABRAS CLAVE

Acciones afirmativas; Religiones de matriz africana; Candomblé; Bahia; Ilhéus.

No dia 30 de setembro de 2016, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) organizou e promoveu, no campus Itabuna da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) o encontro “Democracia, Tambores, Movimento Negro: Combates pela Universidade Brasileira”, como parte do Seminário Estéticas Negras e Ameríndias, e preparação para o VI Congresso Baiano de Pesquisadores Negros, evento articulado também à abertura do primeiro semestre letivo do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER/UFSB). Convidados por Cynthia de Cássia Santos Barra e Maria Aparecida Lopes, ficamos felizes em poder apresentar nossas ideias por meio de uma conversa pública, que, de algum modo, prolongaria um diálogo que se estende intermitentemente desde 1996!

Agora, passados quase cinco anos, voltamos a ficar felizes com a possibilidade de publicar nossa conversa. Queremos agradecer a Isabel Santana de Rose e a Edgar Rodrigues Barbosa Neto por essa oportunidade. Bem como a Ana Claudia Cruz da Silva pelos comentários e correções à versão original da transcrição, feita por Barbara Cruz, a quem também agradecemos. Assim como pedimos desculpas pela impossibilidade de recuperar os nomes das pessoas que nos dirigiram questões, fazendo com que pensássemos melhor no que estávamos dizendo.

O que se segue, portanto, é a transcrição editada da nossa conversa, preservando sua estrutura e introduzindo apenas o mínimo necessário de modificação para torná-la legível assim como ela foi, queremos crer, audível naquele momento.

**Abertura (Maria Aparecida Lopes):** Este evento foi produzido pelo NEAB, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte do Seminário “Estéticas Negras e Ameríndias”, do curso de Artes, e como evento preparatório para um outro maior que ocorrerá na UFSB, se os orixás permitirem, que é o Congresso Baiano de Pesquisadores Negros.

Hoje, temos duas presenças importantes para compor a mesa: o professor Marcio Goldman, antropólogo do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Gilmaro Rodrigues Santos, Marinho Rodrigues, Tata Luandenkossi, Kambondo do Terreiro Matamba Tombenci Neto, Presidente da Organização Gongombira de Cultura e Cidadania, e gestor cultural de enorme renome no sul da Bahia.

Quero agradecer também a presença de outras pessoas: a professora Cynthia, articuladora dessa mesa e desse evento; ao Lula, pessoa bonita que eu conheci hoje, muito obrigada por compartilhar sua experiência; quero agradecer aos alunos e professores, Celia, Rafael, Francisco, Cinara, Sandro, e a todas e todos presentes. Estamos transmitindo para outras unidades da Universidade, em outras cidades, e, no final, quem quiser fazer perguntas poderá fazê-lo.

**Marinho:** Boa noite a todas e a todos. Queria começar agradecendo ao convite para falarmos aqui e também me referindo a um vídeo que foi produzido pela juventude do Terreiro de Matamba Tombenci Neto e que se chama justamente “Gestão Cultural”. Essa é uma palavra muito nova no nosso cotidiano, mas, por outro lado, ela se refere a fazedores de cultura que, de uma certa forma, já eram gestores não reconhecidos como tal. No contexto atual, assumimos essa condição para poder enfrentar e buscar uma melhor condição para o desenvolvimento das nossas ações em toda a cidade de Ilhéus de uma forma que toda a cidade ganhe com isso. Ela já ganha muito com nossa atividade, mas pode ganhar muito mais se os gestores tiverem as condições apropriadas para poder disseminar cultura no nosso município, para poder fazer cultura no nosso município, e fazer do nosso jeito.

Eu costumo dizer que o objetivo primeiro é um objetivo de vida, o objetivo de estar bem espiritualmente, de estar bem de saúde, de estar bem em geral. Produzir cultura em uma comunidade de terreiro ainda é um desafio. Essas comunidades sempre foram e sempre serão produtoras de cultura, mas o problema é como encontrar uma política cultural mais “diversificada”, que possa contribuir para uma melhor compreensão da nossa identidade enquanto negros, enquanto membros de uma religião muito discriminada, que sofre muita perseguição, para a qual falta muita política pública. Porque embora se diga que tem muita política pública para as comunidades de terreiro e para as comunidades quilombolas, essa política não funciona se essas comunidades não forem preparadas, não estiverem preparadas, para poder ter acesso a essas políticas.

**Marcio:** Boa noite. Também queria começar agradecendo ao convite para falarmos aqui e, para mim, é sempre uma honra falar ao lado do meu grande amigo Marinho Rodrigues, a quem conheço desde que ele tinha 16 anos de idade! Queria, também, pedir desculpas por talvez não conseguir ficar à altura do título que foi dado ao evento, “Democracia, tambores, movimentos negros - combates pela universidade brasileira”, que é um bocado de coisa. De todo modo, tive a impressão, talvez injustificada, de que esse título remete a algumas coisas sobre as quais escrevi. “Democracia”, por exemplo, está no nome do livro que escrevi em torno, mais do que sobre, o Terreiro Matamba Tombenci Neto. Não é exatamente um livro sobre terreiro, não é um livro sobre religião ou sobre o candomblé, mas é um livro que busca adotar o ponto de vista das pessoas que vivem na comunidade do Tombenci Neto, no bairro da Conquista, em Ilhéus, comunidade que envolve um terreiro, claro, mas também grupos culturais, atividades sociais, uma família extensa, várias famílias nucleares, uma sessão residencial (porque as pessoas moram perto umas das outras).

Bem, Marinho e eu conversamos para pensar em como fazer nossa apresentação. Decidimos que não queríamos trazer nada muito preparado para poder, quem sabe, ter a oportunidade de pensar coisas sobre as quais talvez nunca tenhamos conversado e que

foram acontecendo ao longo dessa longa relação de colaboração. Combinamos, então, que eu apresentaria a minha, digamos, “leitura” do nosso encontro, e depois Marinho apresentaria a dele, que certamente vai ser diferente da minha. Ficamos com um pouco de medo que virasse uma espécie de *DR* pública, nós dois “discutindo a relação” na frente de vocês. Mas acho que isso não vai acontecer não... Começo com o livro que acabei de mencionar.

Levei dez anos para escrever esse livro porque foi em 1996 que dei início à pesquisa que resultou no livro, publicado em 2006. Eu já conhecia o terreiro desde a década de 1980, quando fiz uma pequena pesquisa sobre candomblé, e nunca perdi totalmente o contato com as pessoas. Mas foi em 1996 que retornei e a partir daí não perdi mais o contato. Eu queria, então, me referir um pouco à experiência desse livro, que na verdade são várias experiências. A ideia inicial era escrever um livro de antropologia política sobre como funciona o sistema político no Brasil e principalmente como funcionam as eleições no Brasil. Como eu já conhecia o pessoal do Tombenci, achei que era um bom lugar para fazer minha pesquisa porque eu sabia que eles tinham algumas conexões e relações políticas etc. Além disso, como sempre digo a meus alunos, devemos sempre procurar pesquisar em lugares em que nos sentimos bem.

Foi nesse momento que reencontrei Marinho porque em 1983, como vocês podem imaginar, ele ainda era muito jovem, quase criança, para eu dar muita atenção a ele... Mas, em 1996, ele evidentemente não era mais criança e, acima de tudo, logo se revelou um observador e um pensador brilhante para as questões políticas. Foi assim que ele se tornou um “interlocutor” fundamental para mim — para usar a palavra que a antropologia vem usando hoje em dia. E, mais do que isso, um amigo e irmão.

Acho que o livro levou dez anos para ser escrito não só porque a pesquisa demorou muito tempo, mas porque foi muito difícil descobrir qual era o tom e a abordagem que eu deveria adotar. Vou tentar ser mais preciso. Como vocês sabem, em geral o que os antropólogos fazem é chegar em um lugar, fazer uma pesquisa mais ou menos longa, coletar informações, e depois ir para casa e escrever sobre essas coisas, tratando — é o que eles em geral acreditam estar fazendo — de *explicar* o que as coisas “realmente” significam e o que as pessoas “realmente” estão pensando e querendo dizer. O que, quase sempre, redundam em passar por cima do que as pessoas consideram que o que elas pensam, dizem e fazem significa. Esta é uma dificuldade constitutiva da antropologia e eu não acho que seja motivo para condenar a disciplina ao fogo do inferno. Acho, sim, que é uma dificuldade que tem que ser enfrentada e, evidentemente, cada antropóloga e cada antropólogo passa por isso de maneiras diferentes.

Então, eu também passei por essa questão: eu tinha um monte de entrevistas, conversas, observações, trocas de ideias, concordâncias, discordância..., e o problema, claro,

era como organizar tudo aquilo. Usando alguma teoria para explicar o que as pessoas estão fazendo e dizendo? Eu não gostava da ideia, não tanto de usar uma teoria, mas de “explicar”. Finalmente, a duras penas, acho que acabei chegando a uma “solução”, claro que não totalmente bem-sucedida. Retomando um velho tema da antropologia, me convenci de que o que eu precisava fazer era tentar *traduzir*, para um público que não conhecia as pessoas que eu conhecia, o modo como elas efetivamente pensavam essas questões que todos nós pensamos, a política, a democracia, a mudança social, a justiça social, e assim por diante.

O problema é que como é óbvio que elas pensam essas questões de uma maneira e com uma linguagem diferente daquela que reina na academia, a academia nunca se acostumou a levar realmente a sério o que elas estão dizendo e pensando a respeito dessas questões. Por outro lado, nunca acreditei que bastaria simplesmente reproduzir o que as pessoas estão dizendo porque, se eu o fizer, a academia vai continuar não levando as pessoas a sério. Trata-se, então, de algo que praticantes de antropologia são treinados a fazer, trata-se de *traduzir* — só que nesse caso é uma tradução feita dentro da mesma língua. Quando a antropologia estuda “outras sociedades”, que falam outras línguas, ter que traduzir de uma outra língua para a sua é obrigatório e trivial. Mas, no meu caso, todos éramos falantes português! Só que é claro que não dávamos o mesmo sentido às “mesmas” palavras. O que tentei então fazer foi me esforçar para traduzir para os leitores o que os meus amigos de Ilhéus estavam dizendo, pensando, fazendo, a respeito da democracia e das eleições, e, sobretudo, mostrar que isso tinha tanta dignidade, importância e profundidade quanto qualquer teoria política que corre no mundo ocidental, quanto qualquer filosofia política que corre na academia. Em parte, acho que fui bem-sucedido porque meu esforço suscitou vários outros esforços nessa direção. Por outro lado, é claro que há gente que me considera meio..., quer dizer, que não entende como não reconheço que, afinal de contas, a antropologia é uma ciência e o que as pessoas dizem não. Mas confesso não estar muito interessado nisso.

Ao mesmo tempo, isso não significa desprezar a antropologia ou, ao menos, o que pode haver de melhor na antropologia. Para que eu pudesse fazer o que tentei fazer foram fundamentais questões levantadas pela antropologia ao longo da sua história. Porque as antropólogas, os antropólogos, estão sempre dilacerados entre duas coisas: uma certa pretensão, uma certa arrogância, em explicar o que as outras pessoas “realmente” estão dizendo e fazendo (e tem gente que tenta até explicar para as próprias pessoas que o que estão fazendo não é bem o que pensam que estão fazendo...), e o fato de que a experiência antropológica põe os praticantes em contato com pessoas sensacionais, com pessoas que têm experiências, trajetórias de vida totalmente diferentes da sua, de modo que se a ou o praticante tiver um mínimo de sensibilidade ou mesmo de vergonha na cara, vai se deixar levar e transformar por essa experiência.

No meu caso, acho que dei muita sorte porque encontrei um lugar em que essa experimentação funcionou muito bem. Para isso, a verdade é que a minha relação com o Marinho, ou melhor, a relação do Marinho comigo foi fundamental. Desde o começo a gente conversava muito, de tal modo que em determinado momento tive que dizer para mim mesmo “bom, acho que minha relação com o Marinho é muito mais do que isso que a antropologia nomeia com uma palavra totalmente infame, “informante” — que, como sabemos, é uma palavra policial. É verdade que hoje em dia existe um pouco de vergonha em usar essa palavra, mas também é verdade que às vezes ela pode não ser usada e as pessoas continuarem a ser tratadas como tal. Porque a questão, claro, é não só usar ou não usar a palavra, mas como tratar as pessoas sem reduzi-las a “informantes”. Às vezes a antropologia diz que fala ‘sobre’ os outros; depois quando tem a consciência pesada tenta falar ‘em nome’ dos outros, o que é tão feio quanto falar sobre os outros. Porque o problema é como falar ‘com’ os outros, e isso em um duplo sentido: falar com os outros no sentido de um diálogo, mas também falar junto com os outros, quer dizer somar a voz a outras vozes.

Foi nesse sentido que propus a Marinho que trabalhasse como auxiliar de pesquisa da minha investigação, e ele fez isso de uma maneira incrível. Porque ele nunca se limitou a me transmitir informações, já que ao transmiti-las ele sempre as interpretava, o que ia modificando minha maneira de pensar à medida em que aprendia coisas sobre o campo. Eu acho que foi ao longo desse processo que meu livro acabou sendo lentamente construído. E não só este livro porque dessa experiência eu tirei um monte de lições para mim, para a continuação do meu trabalho, para a minha vida. Agora estou tentando, finalmente, escrever um livro sobre candomblé, que pretende ter o Terreiro de Matamba Tombenci Neto como uma espécie de base ou de ponto de vista, mas que não será exatamente *sobre* o terreiro. É um livro que devo a mim mesmo desde 1985, mas há algo meio estranho que sempre me impede de escrevê-lo. Do livro sobre política pretendo tirar as lições necessárias para escrever esse outro livro sobre candomblé.

Para mim, e isso é algo de que fui me dando conta ao longo do processo, a coisa mais interessante, mais importante, é que minha relação com Marinho não se estabeleceu nem funciona passando por cima das nossas diferenças, como se essas diferenças não existissem ou pudessem ser apagadas em um passe de mágica. Quero dizer que acho que nenhum dos dois nunca sentiu necessidade de fingir que “somos iguais”, como diz o chavão, porque evidentemente ninguém é igual. Claro que todos somos iguais no sentido moral, da justiça, dos direitos, da capacidade... Mas ninguém é idêntico, cada pessoa tem suas singularidades ou é uma singularidade, e a grande dificuldade é como estabelecer uma relação entre singularidades que ao mesmo tempo não apague essas singularidades e, assim, não elimine a própria relação.

Assim, o livro que escrevi é certamente um livro de antropologia, o que significa que o fato de eu ser antropólogo, o fato de eu ser um acadêmico não foi magicamente apagado. Claro que isso poderia ter me acontecido, mas seria outra coisa, não haveria livro nem nada parecido porque teria que ser uma decisão e uma virada totais, que poderiam ter acontecido mas não aconteceram. Se houve livro é porque eu permaneci antropólogo e acadêmico, mas, imagino, de uma maneira diferente e espero que melhor do que eu era. Essa diferença, ou essas diferenças — o fato de eu ser acadêmico, antropólogo, branco, de classe média... — e Marinho ser um tata do candomblé, um criador cultural, negro, de classe trabalhadora... — não foi anulada, ela estava o tempo todo presente, e acho que minha experiência é que apenas nessa diferença é que uma verdadeira relação se estabelece porque são essas diferenças que criam coisas, que criam novidades. Se digo algo a Marinho, ou vice-versa, e ele, ou eu, simplesmente concorda, isso nunca ajudaria nenhum de nós a pensar um pouco melhor. Se, ao contrário, ele tentar me convencer que estou errado, aí sim alguma coisa pode acontecer. E claro que isso que estou dizendo sobre Marinho vale também para muito mais gente na comunidade do Tombenci.

Nesse sentido, creio que meu projeto passou, teve que passar, por esse tipo de relação para que a pesquisa fosse afetada e para que o modo como o livro foi escrito fosse afetado. E, principalmente ainda, para que o modo como eu pensava as questões fosse afetado. Mas não quer dizer nada parecido com “eu era assim e agora fiquei assim” porque essas são narrativas de conversão e conversão é outro departamento. O que quero dizer é que essas afecções estão acontecendo o tempo todo, cada vez que penso em algo, cada vez que converso com Marinho ou com outra pessoa. De certo modo, é algo meio pessoal, acho mesmo que nunca falei sobre isso, e não sei se faz muito sentido para vocês. Mas eu quis colocar este ponto longo de início para ver como vocês e, principalmente, Marinho reagirão.

**Marinho:** Boa noite mais uma vez a todas e a todos. Quero pedir licença aos meus ancestrais e aos inqüices para que eu possa estabelecer esse diálogo com vocês de forma bastante clara para que vocês entendam realmente o que a gente quer dizer e nos ajudem também a formular ideias. Quero agradecer desde já ao convite da professora Cynthia para retornar a esta Universidade e desta vez ao lado do meu amigo e irmão Marcio Goldman.

Há alguns anos convidei o Marcio para fazer uma conferência no Terreiro Matamba Tombenci Neto e, naquele momento, ele me disse que era muito difícil fazer uma conferência no terreiro, falando das coisas que pesquisou lá mesmo ao conviver conosco durante um período. Recentemente, fui eu quem recebi um convite do Marcio para ir falar na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e brinquei com ele dizendo que o mesmo que ele sentiu quando chegou na comunidade do Matamba eu estava sentindo quando cheguei no

espaço dele, no território dele para falar, como amigo e como auxiliar de pesquisa, de muitos assuntos que a gente vem discutindo.

O que eu queria dizer a vocês é o seguinte: essas relações, esses convívios e essa visão ampliada do mundo, transformam as pessoas e comigo não foi diferente. Então, acho que essa minha aproximação com esses amigos, com essas pessoas, me ajudou a ter uma visão de mundo mais crítica, diferente do que eu tinha antes. Sempre costumo dizer que eu já tinha essa visão crítica, mas precisava de algo para despertá-la. Então, quando eu começo a conviver com esse mundo acadêmico, com antropólogos, historiadores..., começo a perceber coisas que, nesse contato, ampliaram essas minhas visões de mundo. Para mim, isso foi muito importante. Às vezes ouço dizer que pessoas de várias comunidades que são estudadas e pesquisadas por antropólogos são influenciadas, mas se isso acontece é porque elas se deixam influenciar, porque elas não têm uma visão crítica do que está acontecendo. Ou seja, elas muitas vezes se deixam influenciar pelas coisas novas que estão chegando na sua comunidade.

Mas, essa minha relação com Marcio Goldman se deu de forma muito natural — e não só com o Marcio, mas também com Ana Claudia Cruz da Silva, Vincenzo Cambria, e outras e outros. Eles me ajudaram a ter uma visão mais crítica dessa relação entre pesquisador e pesquisado, do certo e do errado nessa relação. Então, isso foi me ajudando a criar ideias e caminhos de forma que eu pudesse também contribuir para essa coisa mais ampliada, no sentido de lançar pontes entre as comunidades tradicionais de terreiro e o campo acadêmico. Eu sempre me cobrava isso, e uma das coisas que até hoje me inquieta quando vejo muitas comunidades sendo pesquisadas é “para que isso?”, “o que vocês vão fazer com isso”? Muitos pesquisadores simplesmente nem voltam nessas comunidades para dar um retorno: “olha, o que eu fiz aqui com vocês serviu para isso aqui, gerou aquilo, e a partir disso se pode apontar para outros caminhos, para uma discussão, vocês podem concordar, discordar, do que eu escrevi etc.”. Muitas vezes você não tem nem essa oportunidade.

A minha relação com Marcio se deu de forma muito natural, no sentido de que muitas vezes a gente não consegue nem parar para perceber o que a gente faz no nosso dia-a-dia, o que é muito natural. Então, quando Marcio me convidou para trabalhar com ele como auxiliar de pesquisa foi de uma forma muito natural porque ele já percebia algo em mim que poderia contribuir com o trabalho que ele estava desenvolvendo naquele momento. Para mim, foi muito bom também porque naquele momento eu precisava ter essa relação com outros mundos diferentes do que estava ao meu redor. Isso ampliou minha visão de mundo e me ajudou a fortalecer essa visão mais crítica de mundo que até então eu não tinha. Isso me ajudou a desenvolver minhas ações dentro do Terreiro Matamba

Tombenci Neto, seja no Grupo Cultural Dilazenze, seja na Organização Gongombira de Cultura e Cidadania.

Porque eu acredito que se os nossos saberes, o nosso jeito de fazer, pode ser diferente do jeito da academia, eles têm a mesma importância e o mesmo poder para transformar as pessoas. Então, quando eu e Marcio conversávamos ontem sobre o que a gente poderia trazer para cá, eu disse: “bom, não vamos levar nada pronto, vamos fazer um breve comentário desses nossos trabalhos e abrir para um bate papo com os professores e estudantes para que a gente possa construir algo que possa ajudar de alguma forma na formação das pessoas, na formação de projetos, de programas, de estudos”. Porque eu estou meio cansado dessas coisas muito prontas, muito formatadas, muito fechadas; estou em um momento de construção, de fazer, de fazer do nosso jeito, de fazer diferente, de fazer mesmo para transformar, não só fazer de conta, porque é obrigatório. Como a implementação da lei 10.639, que as pessoas dizem “então vamos fazer porque é lei, porque tem que fazer e vamos fazer só para dizer que estamos fazendo”, entenderam? E é por isso que eu sempre digo que gosto de fazer, mas de fazer do nosso jeito, que é um jeito verdadeiro, é um jeito muito franco de fazer as coisas, é o jeito que a gente sempre fez, o jeito que os nossos antepassados sempre fizeram e fizeram muito bem. É por isso que estamos aqui até hoje. Então, o que eu gostaria é que a gente rapidamente já pudesse entrar no bate papo mesmo, nas perguntas, porque eu acho que é a parte mais legal, mais bacana, e é a parte em que me sinto muito mais à vontade, porque eu não sou muito de falar, não sou muito de estar conversando; eu gosto é de estar interagindo com as pessoas, e é por esse momento que vim aqui hoje: para que a gente possa interagir e possa conversar muito à vontade.

**Marcio:** Eu queria acrescentar uma coisa que eu devia ter falado e não falei. Nos últimos meses, venho participando de uma série de debates envolvendo um assunto que surgiu com força há não tanto tempo, que são as discussões sobre a extensão das políticas de ação afirmativa e das cotas étnico-raciais para as pós-graduações. Depois delas terem sido finalmente criadas na graduação, depois de muita luta e mesmo assim de um jeito que está longe de ser o ideal, o debate começou a aparecer na pós-graduação. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde trabalho, foi talvez uma das primeiras pós-graduações que implementou um sistema de cotas estritamente étnico-racial, que funciona há cerca de três ou quatro anos. Isso foi fruto, claro, de uma série de lutas conduzidas pelos estudantes porque a imensa maioria do corpo docente relutou muito antes de aceitar a proposta e, na verdade até hoje, na prática, existem muitas dificuldades. De todo modo, depois disso várias pós-graduações

começaram a discutir o assunto e, em função disso, tenho sido convidado, com muitas outras pessoas claro, para participar de discussões públicas sobre o tema.

Ao mesmo tempo, participei umas duas vezes nos últimos tempos dessa outra iniciativa, muito forte atualmente, e que acontece aqui na UFSB também, que são os chamados Encontros de Saberes. E também de encontros nesses programas de formação transversal, que recebem membros de comunidades indígenas e quilombolas na Universidade. Acho que nessas discussões todas algumas questões começaram a ficar um pouco mais claras para mim. A mais importante talvez seja a de como podemos abandonar uma visão meio paternalista, meio benevolente, tanto do Encontro de Saberes quanto das cotas. Acho que está mais do que na hora de colocar as coisas de uma maneira um pouco mais profunda, exatamente da forma que Marinho colocou: o que significa “fazer do nosso jeito”? E o que significa essa pergunta que ele levantou: “o que vocês vão fazer com isso?”. Essa pergunta pode ser dirigida a todo mundo, não é, porque você pode perguntar aos antropólogos “bem, você veio aqui, me pesquisou, mas eu não sei o que você vai fazer com isso”. Mas acho que Marinho também colocou a questão para ele mesmo: “Marcio veio aqui, Ana Claudia veio aqui, Vincenzo veio aqui, o que é que eu vou fazer com isso também?”. E o fato é que ele fez alguma coisa, ou muitas coisas, com isso também.

Essa é uma questão pragmática, no bom sentido da palavra, uma questão muito importante. Vamos continuar pensando as cotas dessa maneira meio neoliberal, quer dizer, como um sistema em que a universidade “benevolentemente” inclui pessoas mas não altera nem um milímetro suas milenares tradições, e continua a ser a mesma coisa que era no século XIII? Ou o fato de que pessoas que nunca passaram pelas universidades e começam a passar por elas, incluindo a pós-graduação, vai fazer com que essa universidade finalmente se altere de alguma maneira? Não quero dizer que ela necessariamente vá se converter em outra coisa porque acho que são justamente esses modelos de “inclusão”, “absorção” e “conversão” que têm que ser afastados para podermos pensar a sério o que significa esse termo “encontro” (como quando falamos em Encontro de Saberes, por exemplo). Porque são muito fáceis encontros meio oba oba, em que se enaltece diferenças na verdade secundárias: “que bacana essa roupa que ela usa”, e assim por diante. Mas, quando começam a aparecer diferenças que são ásperas, que incomodam, como é que se reage?. Acho que há uma série de experiências relativas a isso, e mesmo essa relação que Marinho e eu temos há tanto tempo tem um pouco a ver com isso.

Por isso, insisti que o fato de que nós somos inegavelmente diferentes nunca foi um obstáculo para que a gente se relacionasse, e nenhum dos dois nunca teve nenhuma pretensão a fazer com que o outro ficasse igual a ele. Isso sugere modestamente que a relação entre diferenças enquanto diferenças é uma relação possível, ainda que evidentemente ela tenha que ser construída, tenha que ser pensada, debatida. Porque não é

uma coisa que acontece “naturalmente” ao menos nessa chamada tradição ocidental, onde a relação com a diferença, como vocês sabem, foi reduzida a algo aparentemente muito simples: ou você fica igual a mim ou eu te destruo, dois modos de acabar com a diferença, porque se alguém fica igual ao outro ela também acabou, não é? É o modelo da conversão, esse modelo que o cristianismo pratica aí com tanta, como posso dizer, com tanta desfaçatez há tantos séculos. “Somos todos iguais e, se vocês não quiserem ser iguais a nós, desaparecerão”... É isso, basicamente, o que as chamadas religiões mundiais ou de conversão (o cristianismo não é a única) sustentam. E quando essas religiões se associam ao Estado, o poder que elas têm se torna inacreditável.

Acho, então, que todo um horizonte se abre hoje em dia com cada vez mais força como resultado das políticas de ação afirmativa. Mas esse horizonte também coloca questões para essas políticas mesmo. É muito bonito chegar em um Encontro de Saberes e ver um indígena ensinando a fazer uma casa como se faz na sua aldeia. Mas, quando um pensador indígena te descreve como é que o mundo funciona do seu ponto de vista — descrição completamente diferente da ciência ocidental — o que exatamente fazemos com isso? Porque acho que é essa a pergunta que Marinho colocou para nós: “o que vocês vão fazer com isso”? Vão achar bonitinho, mas vão continuar acreditando que a verdade está na astronomia que se ensina na universidade? Ou vão fingir que “então a física está errada e o que ele está dizendo é que é a verdade”? Ou seja, vão continuar decidindo o que é verdade e o que não é? Será que essas são as únicas alternativas? Quais são as possibilidades de um verdadeiro encontro que não obrigue a gente a escolher mais entre verdade e falsidade? Porque talvez essas palavras sejam exatamente as que a gente tem que finalmente abandonar. Não sei, essas são as questões que eu queria acrescentar ao que Marinho disse para que a gente possa conversar um pouco.

**Maria Aparecida Lopes:** Na apresentação, eu esqueci de passar o microfone para Cynthia para que ela falasse um pouco sobre essa articulação com o Terreiro Matamba Tombenci Neto porque além de que, como eu disse, este evento ser preparatório para o Congresso Baiano de Pesquisadores Negros e fazer parte do Seminário de Artes, há outras questões envolvidas.

**Cynthia de Cássia Santos Barra:** Acho que foi um bom esquecimento. Porque tivemos a chance de presenciar a razão do convite. Acho que de maneira muito exemplar, a história que Marinho e Marcio compartilham conosco hoje faz a gente pensar sobre a possibilidade dos bons encontros, não é? Um bom encontro na academia entre um mestre de tradição e um mestre da academia. É com muita honra e alegria que nós estamos recebendo aqui hoje os dois, que são dois mestres tarimbadíssimos, para ninguém colocar defeito, na tradição

acadêmica e na tradição de matriz africana. Então, o que nos move aqui hoje, o que nos reúne, é poder estar em contato e ter uma conversa, uma roda de conversa bem franca, bem aberta, a partir de uma experiência concreta. O que está no centro dessa questão é pensar o bom encontro, como se faz esse bom encontro. E é engraçado porque hoje à tarde, buscando descrever o que seria essa nossa atividade, eu pensei que esta era uma pergunta árdua, uma pergunta objetiva e árdua: como se dá um bom encontro?

Nesse sentido, acho que agora, para que esse encontro também seja um bom encontro para todos, o bacana é franquearmos a palavra, abrir às perguntas, que na verdade são uma forma de pensar junto uma questão extremamente difícil. Chamou minha atenção quando o Marcio leu o título — “Democracia, tambores, movimento negro: combates pela universidade brasileira” — e disse que talvez fosse coisa demais. Mas acho que esse “demasiado” cabe hoje, porque acho que o X da questão é entender tudo isso como um combate mesmo, um campo de forças cheio de armadilhas para o qual ainda não temos a boa solução. Então, eu penso que o que está em questão hoje aqui são as cotas, sim, e o que vem depois das cotas, que é o reconhecimento de saberes (e mestres) que não pertencem à tradição acadêmica, entre eles os de matriz africana. O que significa que a política de reconhecimento dos mestres tradicionais é uma questão para a gente debater. O que está aqui em questão são as nossas políticas institucionais internas à UFSB que se articulam com o sistema nacional de ensino superior, porque estamos discutindo a inclusão no ensino superior e na pesquisa, a partir de um caso que eu acho exemplar para pensarmos as boas práticas, as boas formas, e não temos consciência plena dele ainda porque não acabou, está em curso. Hoje é um momento, imagino, que a relação entre Marinho e Marcio está em processo, então ainda há de vir muita coisa daí.

Vou parar aqui porque eu falo demais e é preciso franquear a palavra. Quem quiser é só se inscrever. Antes, eu só gostaria também de ressaltar a presença aqui de Lula Dantas, a quem eu pedi para comparecer para qualificar ainda mais a nossa conversa. Estamos, então, em um ótimo momento, vou franquear a palavra e passar para as perguntas, que, acho, podemos fazer em blocos de três questões. Acho que podemos fazer blocos de três perguntas e ir passando para a mesa, certo?

**Participante 1:** Marinho disse que gostaria de fazer, de continuar fazendo como os antepassados dele. Será que ele não considera a possibilidade de mudar ou de ter uma abertura maior para a comunidade em geral? E ao Marcio, sobre o problema da conversão, será que há um fechamento ou um entrave que impede as pessoas de se integrarem mais nesse aspecto religioso?

**Participante 2:** Marinho tocou em uma questão importante, que é a do contato natural que deve se dar com o pesquisador, ou seja, este não deve ir à comunidade e apenas explorar o conhecimento dela, mas entrar nesse contato natural mesmo. Eu queria saber do Marcio como é que ele busca isso, não é? Além do livro, quais outros resultados ele busca levar a essas comunidades, no caso o terreiro de Matamba Tombenci Neto.

**Participante 3:** A primeira pergunta é que tipo de ciência, que tipo de pesquisa, queremos produzir diante das duas possibilidades mais comuns. Uma primeira possibilidade gera um saber autocontemplativo, a produção de um saber que não se vê comprometido com alguma transformação, com algum retorno à sociedade da qual o saber foi extraído; a outra possibilidade é uma pesquisa que consiga, de modo respeitoso, dialogar com seu objeto, com seus interlocutores de modo a trazer de volta esse conhecimento produzido. Então, a minha pergunta é nesse sentido: que lições a gente poderia incorporar dessa prática de pesquisa desenvolvida de modo colaborativo e de modo comprometido com um retorno desse saber e ao mesmo tempo o envolvimento desses agentes na produção desse saber.

**Marinho:** Quero aproveitar também para saudar o meu amigo Lula Dantas, grande mestre. Lula é companheiro mesmo de luta e a presença dele aqui realmente qualifica muito essa roda porque é um dos mestres que eu tenho como exemplo de vida e como exemplo de que é possível mudar, mudar para melhor. Com relação à primeira pergunta, a questão dos nossos antepassados. Eu acredito que nós podemos e devemos fazer muita coisa como eles fizeram — em outros tempos, é verdade, mas eu acho que é importante. Para ser rápido, vamos colocar o exemplo do sincretismo religioso. Os nossos antepassados, até recentemente, faziam sincretismo dos santos católicos com os orixás ou com os inquices. No meu entendimento, acho que hoje isso não é mais necessário. Eu continuo respeitando os meus mais velhos que ainda fazem o sincretismo, mas nos dias de hoje eu faço como eles fizeram, só que de outra forma. Eu sincretizo Iansã com Matamba, sincretizo Oxum com Dandalunda, sincretizo Ogum com Inkossi. Eu sincretizo as divindades do candomblé brasileiro porque eu acho que essa é uma estratégia que fortalece as nossas religiões de matriz africana. Eu continuo usando a mesma estratégia que os nossos antepassados usaram, só que eu aplico de outra forma, em outro momento. Assim acontece em várias outras situações. O candomblé não é inerte. Minha mãe sempre diz: o candomblé tem esse poder de se adaptar aos novos tempos de forma que sem perder seu encantamento, sem perder seus saberes, consegue continuar... Isso os nossos antepassados sempre fizeram e fizeram muito bem, e a gente continua fazendo para a gente continuar sobrevivendo.

Uma outra questão também é da falta de recursos. O que eu sempre digo é que o nosso povo sempre foi criativo, sempre sobreviveu com todas as dificuldades. Então hoje,

estamos muitos ligados às questões das políticas públicas, políticas de editais e tudo. Inclusive muitas vezes recebemos críticas de gente que diz que a Gongombira, o Terreiro, são das entidades que mais acessam essas políticas. É verdade, mas isso não quer dizer que a gente não tenha críticas a fazer a essas políticas. Porque elas não resolvem a vida de ninguém, não resolvem a vida de nenhuma comunidade, às vezes até o contrário, acabam com essas comunidades. Por exemplo: uma comunidade tradicional, seja quilombola ou um grupo cultural que já existe há dez, vinte anos, que sempre está fazendo do seu jeito, fazendo seu carnaval do seu jeito, montando a sua peça de teatro do seu jeito, com a participação da comunidade em um processo colaborativo, participativo. Aí, de repente vem uma política de editais que engessa essas comunidades que, muitas vezes, não estão preparadas para receber esses recursos e terminam entrando em desavença por causa do dinheiro que chega e, às vezes, até acabando. Esse é o resultado que a gente tem visto em muitas comunidades, em muito grupos que vêm acessando essas políticas sem estar preparados. E muitas vezes a questão da prestação de contas termina impossibilitando essas entidades de continuar acessando. Então, a questão de recursos não é tudo. É importante claro e, mais do que isso, acho que é um direito. Mas o que eu vejo é que muito pouco se diz com relação a essas questões dessas políticas públicas para as comunidades tradicionais. É por isso que eu sempre digo e volto a dizer que tem que ser feito, mas tem que ser feito do nosso jeito. Quando eu digo do nosso jeito é ouvindo as comunidades tradicionais, é buscando as condições realmente próximas do ideal para que elas possam acessar essas políticas.

Quanto à questão dos saberes populares, eu acho que essa minha aproximação com os chamados acadêmicos envolve também o fato de que essas pessoas se tornam do meu convívio. E são pessoas que me respeitaram desde o primeiro momento, assim também como eu as respeitei. Elas respeitaram o meu conhecimento assim como eu também respeitei os conhecimentos delas. Acho que foi por isso que deu certo. Porque eu já tive outras experiências com outros pesquisadores que não deram certo e não deram certo exatamente porque eles não nos compreenderam e nem aceitaram o nosso jeito de ser. Chegaram na nossa comunidade de certa forma querendo que as coisas fossem de cima para baixo, como se eles fossem os detentores do conhecimento, como se fossem os sabedores de tudo e agindo como se estivessem ali simplesmente para ajudar a gente a pensar do jeito deles. É mais ou menos o que Marcio colocou aqui: a gente sempre pensou, mas do nosso jeito, e respeitamos o jeito das outras pessoas pensarem. Acho que esse diálogo é muito importante. Hoje no terreiro Matamba Tombenci Neto eu tenho um certo cuidado ao lidar com essas situações porque eu sei o que isso pode causar de impacto dentro da nossa comunidade. Então eu sempre costumo dizer que as pessoas que vêm para o terreiro Matamba Tombenci Neto, que vêm para fazer pesquisa, que vêm para conviver com a gente,

têm que nos aceitar do jeito que nós somos. E nós não somos obrigados a pensar do jeito deles e nem queremos que eles pensem do nosso jeito. Desse modo eu acho que dá para haver um diálogo de contribuições mútuas. Tanto a gente contribui com o trabalho deles como eles trazem conhecimentos e informações para a nossa comunidade. Porque nós não somos fechados.

**Marcio:** Em relação à primeira pergunta, acho que eu não tenho o menor direito de dizer o que eu faço pelo Tombenci. Eles é que têm que eventualmente achar se eu faço alguma coisa ou não. O que eu posso dizer é o que eles fizeram por mim. Além de várias coisas que eles fizeram do ponto de vista pessoal, eles me fizeram também pensar diferente, ser uma pessoa diferente, ser uma pessoa melhor espero. Eu acho muito bonita essa ideia do bom encontro que a Cynthia mencionou, que tem origens no pensamento de Spinoza. Ele diz, mais ou menos, que o bom encontro é aquele que te deixa mais forte, mais vivo, mais criativo; e o mau encontro é aquele em que você fica mais fraco, menos criativo, menos vivo. Todo mundo conhece isso, é a nossa experiência mais cotidiana: você sai de casa, encontra alguém na esquina e passa mal o dia inteiro — foi um mau encontro, um encontro que tirou sua energia. Em seu livro sobre ética, Spinoza trata justamente dessa arte de manobrar, de majorar os bons encontros, de evitar os maus encontros. E é claro que ninguém consegue isso de forma absoluta. Então, o que posso dizer é que, felizmente, eu tive um bom encontro com Marinho, Dona Ilza e todo o pessoal do Tombenci. E tenho a esperança de que para eles também tenha sido um bom encontro. Mas não sou eu que posso dizer isso porque seria, de novo, assumir essa posição arrogante de falar em nome dos outros, de julgar os outros.

A segunda coisa tem a ver com a pergunta sobre os antepassados que Marinho já respondeu de modo tão bonito. Vou continuar um pouco porque para mim é uma coisa muito importante. Precisamos entender que muitas vezes as mesmas palavras significam coisas diferentes. Quando se fala em “tradição”, a tradição no mundo afro-brasileiro ou no mundo das religiões afro-americanas em geral não tem o mesmo sentido que ela tem em outros contextos. Então quando se diz “fazer como os antepassados” não significa apenas — às vezes significa, às vezes não — repetir o conteúdo do que os antepassados faziam. Significa, sim, uma coisa que Marinho disse: fazer da mesma forma que, “meu sincretismo já não é mais o sincretismo afro-católico, é o sincretismo dentro das religiões afro”, como ele disse tão bem. Como antropólogo, essa formulação pode me ajudar a entender melhor o que é esse sincretismo do qual tanto se fala como se fosse uma coisa só. Ou seja, o que a formulação de Marinho sobre o sincretismo ensina para um antropólogo como eu, forjado no pensamento ocidental, é que é possível combinar diferenças enquanto diferenças. Que é possível que, no Rio de Janeiro, São Jorge seja Ogum e não seja Ogum ao mesmo tempo; que na Bahia ele seja Oxóssi e não seja Oxóssi ao mesmo tempo. Nós, forjados no

pensamento ocidental, temos muita dificuldade para pensar isso, mas qualquer terreiro de umbanda no Rio de Janeiro, qualquer terreiro de candomblé baiano, sabe fazer a aproximação e a distinção ao mesmo tempo. Então, continuar fazendo da mesma maneira pode querer dizer apenas “a gente vai continuar tentando combinar diferenças enquanto diferenças sem que elas se anulem, sem que elas se destruam”. Se essas diferenças vão ser aquelas que eram há cem anos ou as novas, essa é uma outra questão.

Sobre a questão da conversão, queria pegar um exemplo que apareceu em um Encontro de Saberes na Universidade Federal de Minas Gerais, e que me foi relatado por um ex-orientando e colega, Edgar Rodrigues Barbosa Neto. Em uma conferência ministrada nesse encontro, Washington Oliveira, Tata Kamugenan, fez uma distinção incrível entre a tradição cristã e aquela de matriz africana. Ele mostrou como na primeira o fundamental é o “amor”, esse amor sem limites, em nome do qual se torna possível matar as pessoas, esse amor que não conhece fronteiras, que invade qualquer coisa. Do outro lado, dizia Tata Kamugenan, nas religiões de matriz africana, o que importa é o “respeito”! E o que é o respeito? É a sabedoria das fronteiras, a sabedoria dos limites. É saber até onde você pode ir sem anular a diferença.

Não há conversão nas religiões de matriz africana, mas elas estão abertas a todo mundo. Em tese, qualquer pessoa pode ingressar nelas, e mesmo eu — um branco, que nunca teve ninguém na família ligado a elas — fui confirmado como Tata e me tornei irmão do Marinho. Mas o ponto central aqui é que isso não foi uma decisão minha e, tampouco, ninguém me disse “olha, você tem que fazer isso”. Porque a decisão veio de outro lugar, das forças que nós não controlamos inteiramente. Observem que esta é uma outra maneira de pensar a relação entre mudança, escolha, conhecimento. Uma maneira diferente dessas técnicas impositivas que em última instância dizem: “olha aqui, estou te apresentando a Verdade e agora você deve escolher se quer a verdade ou se quer permanecer com a mentira”.

Observem, também, que curiosa e paradoxalmente isso aproxima a ciência das religiões ocidentais porque a ciência procede exatamente da mesma maneira. Como na universidade tradicional, onde os professores te mostram a verdade e exigem que você renuncie a tudo o que você honra com o argumento de que essas coisas — espíritos, divindades, forças, simplesmente não existem. Mas existem outros modos de pensar as diferenças, modos que são usados em terreiros de candomblé, por exemplo, mas que podem também ser usados na academia em relação a outros conteúdos, “do nosso jeito”, como dizia Marinho.

O que tem um pouco a ver com a terceira questão. O problema não é tanto se devemos abandonar a “tradição ocidental”. Pessoalmente, acho que não, acho que a ciência é uma coisa importante, que a filosofia é uma coisa importante, acho que pensar é

fundamental. O problema é que temos que estar o tempo todo problematizando as maneiras como fazemos isso. E não somos suficientemente fortes para fazer essas problematizações sozinhos. Nós precisamos dos outros pensamentos, das outras tradições, das outras formas de pensar. Não é fácil fazer isso porque a tradição ocidental é uma tradição genocida, genocida de pessoas e genocida de formas de pensar também, epistemicida, como se diz. Mas não creio que nós precisamos dessas outras tradições para necessariamente nos tornarmos iguais às pessoas a elas ligadas. Eventualmente, alguns desejarão isso e não há nenhum problema aqui. Mas uma outra questão é nossa capacidade de fazer coisas com a nossa própria tradição em outras direções. Como diz a filósofa Isabelle Stengers, o problema de uma herança não é recebê-la, é o que que você vai fazer com ela, que destino você dará a essa herança. E os destinos, como os encontros, também podem ser maus ou bons, destinos de vida ou destinos de morte.

**Participante 4 (via link de Porto Seguro):** Seria interessante ouvir o Marcio falar sobre a impressão a respeito da região sul da Bahia como região afroindígena. Queria saber se ele pretende desenvolver algo mais a respeito e que pesquisas sobre isso têm chamado a atenção dele.

**Participante 5 (via link de Teixeira de Freitas):** Sim, nós aqui em Teixeira de Freitas estamos especialmente interessados nessa questão, lembrando, por exemplo, do ArteManha, de Caravelas.

**Participante 6 (via link de Porto Seguro):** Como é pensado o impacto ambiental de algumas práticas do candomblé, como as oferendas feitas a Iemanjá?

**Participante 7 (via link de Porto Seguro):** Como as religiões de matriz africana têm enfrentado a intolerância religiosa e quais saídas vocês podem destacar para reverter essa situação.

**Participante 8 (via link de Porto Seguro):** Gostaria que nos falassem sobre a política dos tambores e do encontro da antropologia com a arte.

**Marcio:** Sobre a pergunta acerca dos afroindígenas, é uma pena que Jaco Galdino, do ArteManha de Caravelas, e também nosso irmão, não tenha podido vir. De fato, tenho trabalhado nos últimos tempos com essa questão do afroindigenismo, chamemos assim, mas não quero gastar muito tempo com isso. Vou dizer apenas que a minha questão principal em relação a esse ponto tem um pouco a ver com o que falei do sincretismo. E também, antes, que a ideia de pensar essa questão veio justamente do pessoal de Caravelas, por meio de

uma pesquisa de Cecília Mello, que foi minha orientanda. Foi ela quem trouxe esse conceito de afroindígena como ele é pensado em Caravelas.

Para mim, qual foi a coisa fundamental que entrou em jogo com esse conceito? Como eu disse sobre o sincretismo, o problema não é criticar o conceito, considerá-lo ultrapassado, que é, aliás, o que acontece com ele na academia. Porque há duas coisas diferentes envolvidas: uma é o conteúdo da noção de sincretismo, assim como o conteúdo da de afroindigenismo; mas outra coisa é o que que eles podem nos ensinar. Então, volto a repetir que para mim o que interessa na noção de afroindígena é como ela mostra a possibilidade de combinar diferenças sem que elas se anulem, ou seja, sem que uma destrua a outra e tampouco que se torne igual à outra. Como é possível pensar um mundo em que o “e”, eu “e” o outro, seja mais importante que o “ou”, eu “ou” o outro. Uma espécie de “eu-outro”, essa é a questão.

Para mim, inteiramente forjado no pensamento ocidental, essa possibilidade não é tão fácil de pensar, mas o fato é que ela é vivida há centenas ou milhares de anos por milhões de pessoas e é com isso que estou tentando aprender — porque questão da aprendizagem é fundamental. Então, na verdade, eu não me preocupo tanto com o caráter afroindígena ou não da região sul da Bahia ou de qualquer outro lugar porque acho que isso levantaria questões muito complicadas de diferenciação de um lugar para outro, uma região sendo mais isso, outra sendo mais aquilo. O que realmente me interessa é como nesta região se produziu uma espécie de experiência histórica onde talvez seja mais fácil observar esse tipo de relação criativa entre diferenças que se deu ao longo dos séculos. E aprender com ela.

A relação afroindígena, como gosto de chamá-la, permite, creio, tirar a dominação branca do centro da cena; permite afastar esse fantasma horroroso da mestiçagem, esse mito das três raças, que na verdade é um mito da raça única porque o branco aparece sempre em primeiro lugar. O ponto é que as pessoas que nunca foram dominantes pensaram suas relações fora desse esquema dominante, e é com isso que eu quero aprender alguma coisa. Para poder aprender, tenho que esquecer toda essa conversa de Gilberto Freyre e companhia, tenho que aprender com as pessoas que fazem isso há muito tempo em vários lugares. Por exemplo: como os caboclos entraram no candomblé Angola? Questão interessantíssima, pois não só seu conteúdo é interessante, mas também o modo de pensar, como é que os caboclos entram em uma religião africana? O caboclo não é um orixá, ele convive com o orixá, mas não convive no mesmo espaço que o orixá, ainda que o espaço seja mais ou menos próximo, e assim por diante. É uma verdadeira arte de tratar as diferenças, o que tem um pouco a ver com a última questão sobre arte. “Arte” também é uma palavra que temos que pluralizar um pouco porque, como todos sabem, existe arte em vários lugares e de várias maneiras. Eu acho que essas formas de afroindigenismo, de “sincretismo” — que eu tenho chamado de contrassincretismo ou contramestiçagem para diferenciar das teorias

dominantes —, são formas de arte, ou melhor, são maneiras artísticas de pensar. E isso, como alguns pensadores já chamaram a atenção, pode ser uma alternativa aos nossos modelos cientificistas de pensamento.

Isso não quer dizer, claro, que um antropólogo vá necessariamente fazer arte porque a questão é nossa capacidade de aprender com as formas de fazer arte o que podemos usar em nosso próprio campo. Um ecletismo generalizado não leva a lugar nenhum, e a grande questão é como cruzar, transplantar uma maneira de operar de um campo para outro. Isso pode ocorrer entre diferentes disciplinas, pode ocorrer da arte para a filosofia ou da arte para a ciência; mas pode ocorrer também, essa é a relativa novidade do que estou dizendo, dos conhecimentos chamados tradicionais ou populares para o campo científico, filosófico e artístico. Claro que esses termos são muito ruins porque quando se diz saberes “acadêmico” e “popular” já há, querendo ou não, uma hierarquização. Afinal, quando um saber deixa de ser popular e começa a ser científico? E vice-versa. O evolucionismo, por exemplo, é popular ou acadêmico? Há uma zona de certa indiscernibilidade que acho que temos que explorar.

**Marinho:** Com relação à questão de como são tratados os presentes para lemanjá. Eu aprendi desde criança, no Terreiro Matamba Tombenci Neto, que a gente deveria dar uma importância muito grande à natureza porque é dela que vem toda a nossa energia e é ela que alimenta o candomblé e as nossas vidas. Quem convive com as comunidades de terreiro sabe que aprendemos desde criança a preservar a natureza. Então, quando eu era pequeno e ia arrancar uma determinada folha, os mais velhos diziam: “não arranque o galho, arranque só a folha, porque a planta precisa sobreviver para poder continuar nos alimentando”. Quando a gente ia subir em uma árvore, eles ensinavam: “antes de subir, peça licença para subir; e quando for tirar o fruto, tire só o fruto que você vai comer, não tire mais do que você precisa”. Esse foi o meu aprendizado.

Com relação à questão dos presentes para lemanjá, digo que é uma coisa muito nossa, muito pessoal, muito de cada um de nós, porque nós gostamos de mostrar a nossa fé, algumas vezes de uma forma quem sabe um pouco exagerada. Quando você organiza o presente de lemanjá, coloca os balaios com eles em determinados pontos do terreiro e as pessoas vão lá para presentear e agradecer lemanjá. Então, as pessoas querem dar coisas a ela, espelhos, shampoo, isso e aquilo. Se você chegasse lá e pusesse uma flor, lemanjá ficaria satisfeita do mesmo jeito. Mas nós temos a necessidade de mostrar, achando que se dermos um presente grande, lemanjá vai gostar mais do que de quem deu uma flor. Por isso hoje a gente tem que fazer um trabalho de reeducação ambiental e dizer “olha, não bote mais o perfume com os frascos, não bote mais o espelho, porque isso vai poluir as nossas águas, as águas de lemanjá mesmo, e nós precisamos delas limpas, saudáveis, nós precisamos delas”.

No X Encontro Nacional da RENAFRO, em Ilhéus, recentemente realizado, o pessoal organizou um presente para lemanjá. Havia dois balaios enormes e muito pesados. Makota Valdina chegou e perguntou o que havia dentro dos balaios, e disseram a ela que os balaios tinham ficado dois dias em um determinado ponto na cidade, e as pessoas vinham e colocavam de tudo neles. Aí, Makota Valdina disse que era para retirar tudo porque se não, ela disse, “a gente vai terminar matando lemanjá. O que a gente precisa colocar é muito milho branco, flores, acaçá, essas coisas naturais que a própria lemanjá vai agradecer”. Então, eu acho que essa reconscientização sobre essa questão hoje está muito presente, e são as próprias comunidades de terreiro que estão encabeçando isso, orientando as pessoas para que tipo de presente elas podem oferecer. Porque nós temos essa consciência.

**Marcio:** Queria pedir licença aqui a Marinho para dizer uma coisa muito rápida. Obviamente eu concordo com tudo o que ele disse, mas eu só queria perguntar uma coisa a vocês sem nenhuma maldade: alguém acha mesmo que a poluição do mundo vem dos presentes para lemanjá?

**Marinho:** (Risos). É isso, é uma coisa muito pequena. Agora, com relação à questão da intolerância religiosa, esse é um tema muito presente. Eu sempre digo que para mim Deus é um só, não importa o nome que você dê a ele, se é Zambi, Olorum, Tupã, enfim. Eu acho que as pessoas precisam se respeitar mais e aceitar as diferenças, eu acho que quando passarmos a aceitar as diferenças, a respeitar mais as pessoas, vamos viver em um mundo bem melhor. Porque o que acontece é que as pessoas não aceitam de verdade as diferenças, e cada vez mais as pessoas estão se deixando levar por informações equivocadas que levam a odiar um irmão seu, um amigo, por ter uma opção religiosa diferente da sua. Aí você começa a criar as desavenças, os ódios, exatamente por você não respeitar. Eu acho que Deus não gosta disso, não fica satisfeito, não fica feliz quando vê um filho seu discriminando um irmão por ser do candomblé, por ser umbandista. Não fica satisfeito por ele discriminar o outro porque é gordo ou porque tem a pele mais escura, ou porque tem uma opção sexual diferente da sua. Essa questão da intolerância também é uma questão de educação, de conhecimento.

Tenho um amigo no Maranhão, onde realmente sofrem muito com a perseguição de outras religiões contra as religiões de matriz africana, que defende uma ideia meio radical: ele me disse que estava treinando meninos na periferia para o combate contra esses grupos que estavam queimando e invadindo terreiros no Maranhão. Ele estava treinando os meninos a lutar caratê, boxe, para serem os guardiões dessas casas de matriz africana. Aí, levantamos essa discussão aqui em Ilhéus com a juventude; no final, chegamos a uma conclusão: no Maranhão, esse embate é necessário, mas aqui em Ilhéus é outro tipo de embate. Porque essas estratégias são diferentes modos de combater esse tipo de

intolerância. No Terreiro de Matamba Tombenci Neto, optamos pela informação, vamos dizer, da inclusão. Quando a gente abre as portas do terreiro para receber grupos de estudantes e pesquisadores, nesses grupos tem católicos, evangélicos, protestantes, gente que não tem religião, enfim... Eu acho que essa é uma forma de contribuirmos para que essas pessoas aprendam a amar mais umas às outras.

No terreiro, já há alguns anos fazemos um trabalho com o pessoal da Escola Estadual Antonio Sá Pereira, que fica perto de nós, no bairro da Conquista. É um trabalho coordenado pela Professora Roberta Alan, que é evangélica, de família toda evangélica, praticante. Mas ela está sempre no terreiro, vai lá no terreiro fazer pesquisa, leva os estudantes. Na última quinta-feira ela estava lá no barracão, com um grupo de estudantes, fazendo uma entrevista com Mãe Ilza. Ela contava que quando chega na igreja, seus irmãos de religião perguntam por que ela “não sai do terreiro, por que fica fazendo macumba lá”? E ela responde que não está “fazendo macumba, mas trabalhando. Eu sou professora e o que eu faço é desconstruir o que vocês pensam que são os terreiros de candomblé”.

Agora há pouco, na semana da “Primavera dos Museus”, a gente recebeu muitos estudantes. Depois da visita, sempre fazemos uma roda de conversa, de bate-papo, e aí as pessoas começam a se identificar: “eu sou evangélico, eu tinha vontade de conhecer um terreiro de candomblé mas as pessoas diziam que não eu podia ir, que se eu fosse ia acontecer isso e aquilo. “Mas eu estou saindo daqui muito melhor do que eu entrei, porque saio daqui com conhecimentos”. Então, eu sempre digo a eles: “nós não queremos que vocês sejam obrigados a amar a gente, a gostar da gente, simplesmente para mostrar à sociedade que têm vários amigos do candomblé, quando no fundo vocês não aceitam. O que eu acho é que é nossa obrigação passar informações, conhecimentos, e que aí vocês decidem o que vão fazer, se vão continuar nos odiando, se vão continuar nos discriminando, ou se vão, enfim, conviver de forma mais harmoniosa conosco e nos respeitar do mesmo modo que a gente respeita vocês”.

Então, o Terreiro Matamba Tombenci Neto até hoje, felizmente, nunca sofreu nenhuma forma mais agressiva de intolerância. Mas, vou falar francamente, se isso acontecer (...), bom, toda ação tem uma reação e eu tenho certeza de que nós estamos preparados para essa reação”. Não me pergunte que reação vai ser essa porque eu não sei, acho que depende do que vier. Porque não dá para ser bonzinho o tempo todo, é a mesma coisa de Exu. As pessoas dizem que Exu é aquele menino levado, que se a gente prometer um bombom a ele e não der, ele ficará nos perturbando como menino moleque. É isso, Exu é bom, mas Exu é ruim também. Assim como eu. Podem dizer que Marinho é um cara bacana, cara dócil etc., mas eu sou ruim também, depende de como você me trata.

Enfim, eu acho que essa questão da intolerância no Brasil é uma coisa muito séria com a qual precisamos tomar cuidado porque vivemos em um país teoricamente laico, mas

que na prática não é laico não. Na prática, a gente vem sofrendo muito, são muitos casos diários de invasão aos nossos templos religiosos, nossos templos estão sendo destruídos, estão tocando fogo neles e nada é feito. E nada é feito, e nada é feito. Temos casos e relatos aqui na região, principalmente em Ilhéus. Tem um caso muito conhecido, que foi o de Mãe Bernardete, no Banco do Pedro, em Ilhéus, e que até hoje não teve nenhum resultado, a justiça não tomou nenhuma providência. Então, nós também precisamos criar força política porque infelizmente as coisas estão acontecendo desse jeito. Existe uma bancada evangélica, uma bancada cada vez mais forte, e a gente fica cada vez mais desprotegido e mais fraco. Nós temos que buscar novas estratégias para combater essa a intolerância religiosa no Brasil.

Acho que faltou a pergunta sobre o tambor. O tambor, para mim, sempre foi e sempre será um instrumento sagrado, um instrumento religioso e também um instrumento de transformação. É um instrumento que estabelece relações e diálogos, que pode parecer para alguns simplesmente um instrumento exótico, um instrumento musical bonito, enfim, essa coisa toda. Mas, para mim, ele tem um valor muito, muito, muito grande. Eu dou aula de percussão no terreiro e nas minhas aulas eu sempre tento passar para as pessoas a importância do tambor, da relação do tambor conosco, seres humanos, de como que o tambor pode transformar as pessoas. E o tambor também faz essa relação entre os dois mundos, entre os vivos e os mortos, os nossos antepassados. O tambor realmente me transformou em uma pessoa muito mais consciente, uma pessoa muito mais atenta, no sentido de que o tambor pode trazer para nós informação e saber. Para mim, o tambor tem uma ancestralidade muito sagrada que realmente transforma e educa as pessoas.

**Lula Dantas (Ilê Axé Oyá Funké):** Boa noite. Eu não ia nem falar, mas como fui citado quero o direito de resposta (risos). Mestre Marinho, sua bênção. O senhor sim é referência para a cultura, para a tradição negra na região. A experiência de quase duas centenas de anos do Matamba produzindo, realizando, fazendo, promovendo a cultura negra continuamente, isso sim é um exemplo para todos nós, para as outras comunidades de terreiro. Como o senhor disse muito bem, apesar das políticas públicas terem evoluído muito, elas estão muito longe de atender às comunidades tradicionais, não apenas de terreiro, mas comunidades tradicionais indígenas, ribeirinhas, de fronteira, quilombolas. Há uma necessidade de ser criada uma política pública para a cultura popular brasileira que entenda o fazer cultural, e esse é um sonho ainda muito longe de ser concretizado porque por mais que nos textos, nas falas, nas leis, existam centenas de direitos e uma retórica que ilustra muito bem as cartas de que o Brasil é signatário no exterior, na prática, quem mora aqui sabe como é difícil viver de cultura, fazer cultura, ainda mais se for cultura negra. Eu acredito que o nosso grande desafio, assim como o da universidade, não é só acolher esses cotistas negros que chegam à universidade, a questão também é de como mantê-los com dignidade nessa universidade,

sem constrangimentos. A grande questão é como esses estudantes negros, indígenas, hoje na universidade vão ter direitos e acesso a livros, informações, conteúdos e oportunidades de vivência, assim como esta que estamos tendo aqui hoje. Porque não é uma rotina muito comum ir para a universidade para falar do que a gente está falando aqui. Nesse sentido, eu parabeno não só a Universidade Federal do Sul da Bahia, mas os professores que tiveram a iniciativa para fazer esse diferencial. Eu acho que também é um desafio para nós mostrar a produção cultural das comunidades tradicionais, mostrar sua qualidade. Hoje, nós utilizamos tecnologias, inclusive audiovisuais, para registrar nossa memória, para contar nossas histórias, para falar dos nossos orixás. Por que causa tanto constrangimento falar dos orixás se as pessoas estudam os deuses gregos, romanos, incas, astecas, sem nenhum arrepio? A questão do racismo está arraigada em toda a estrutura, desde a família, desde a formação, desde a educação básica. Ter leis que garantam a aplicação, o ensino e a história da cultura negra na escola não é o suficiente. É necessário que a gente também tenha a oportunidade de apresentar nossos conteúdos, para além daqueles que o pesquisador foi lá buscar. Porque hoje, nós também temos os nossos conteúdos, produzidos de dentro para fora, que precisam ser valorizados e prestigiados. O estudante negro precisa ser doutor, precisa ser mestre, precisa se especializar, precisa ter condições de completar esse processo de educação para que ele tenha os mesmos direitos e oportunidades dos doutores e mestres brancos — e vermelhos, rosas, azuis... É importante que a gente entenda que o Brasil é um país diverso, mas onde a diversidade de oportunidades ainda está longe de ter uma equidade. Ainda estamos longe de ter condições de executar um projeto cultural e prestar contas a uma secretaria de cultura do Estado. Nós fizemos um mapeamento dos terrenos aqui de Itabuna em 2008, e nós mapeamos 68 comunidades tradicionais de matriz africana nesta cidade. A grande maioria escondida, com um altar católico na frente da casa, como a grande maioria dos terreiros, e com sua produção cultural invisibilizada. Por isso eu me pergunto se o nosso desafio não será mostrar, e como fazer para mostrar, tudo isso que é produzido. Essa outra economia que funciona no terreiro e que é sustentável, porque se o terreiro não fosse sustentável já não existiria há muito tempo. Assim como já não existe mais aqui em Itabuna nem escola de samba, nem bloco afro, nem afoxé, nem baianas de acarajé. Não há mais expressão da cultura negra na rua, essa é a nossa realidade. Mas nós ainda estamos aqui, ainda estamos sobrevivendo, resilientes, e produzimos os nossos mestres, ensinamos o nosso povo a tocar, a cantar, a dançar, costurar, bordar, cozinhar, rezar. Isso a gente tem que deixar para os nossos mais novos. É esse exemplo que o senhor, Marinho, deixa com a sua fala, isso tem que ficar registrado de alguma forma, e isso precisa chegar aos outros. Assim como nós tivemos nossos mestres, hoje nós temos o senhor aí, mestre Marinho, guiando essa caminhada. Parabéns e obrigado pela oportunidade.

**Participante 9:** Queria agradecer a generosidade dessa experiência que vocês contaram de bons encontros, experiência que se desdobra em práticas, afetos, muito produtivos. Entretanto, tentando pensar a questão da universidade, de onde ela vem e da sua tradição, nem sempre — e acho que Marinho colocou isso muito bem — nem sempre tudo são flores, e muitas vezes nós precisamos ser muito combativos. Até para defender coisas que conseguimos, com a leveza que vocês apresentaram e que muita gente faz, com respeito, ainda assim a gente muitas vezes precisa combater, mesmo sendo leve, mesmo sendo generoso.

**Participante 10:** O que eu estava pensando em perguntar já está meio no ar, acho. Marinho contou que o terreiro nunca sofreu um ataque mais violento, mais direto. Mas vocês vão reagir a qualquer ataque assim, não é? E queria perguntar como você analisa o cenário político nacional, já que democracia é a primeira palavra do título deste encontro. Porque, ao mesmo tempo, percebemos uma onda mundial realmente conservadora, reacionária, ou seja, que reage às pautas progressistas e liberais, uma onda de “direita, burguesa, escravocrata, colonial”. Queria saber se vocês também percebem essa onda, essa classe dominante cada vez mais racista. Ela não acredita mais no racismo porque o racismo, como todo mundo, sabe é burrice, não é científico. Mas essa classe dominante, mesmo não sendo racista em sua essência, ela usa o racismo para dominar, usa do racismo para causar o ódio entre os dominados, por exemplo com o aumento do ódio oriundo do fundamentalismo religioso. Então eu queria perguntar a vocês que análise vocês fazem sobre o cenário nacional e talvez mundial, e quais as formas de resistência que vocês pensam contra esse tipo de ataque mais sutil.

**Participante 11:** Eu sou neto de mãe Jacy, não sei se mestre Marinho conhece, falecida em 2008, lá do Pontal, que tinha um terreiro na rua Treze de Maio. Minha avó sempre me ensinou muito sobre a origem das religiões de matriz africana. Quando eu vejo hoje uma religião monoteísta, contra o aborto, patriarcal em muitos ritos, que não aceita a presença feminina na direção de muitos rituais nem reconhece a identidade de gênero de muitas mulheres trans como sacerdotisas, eu considero essa religião conservadora, considero essa religião parte de um grupo dominante. Características que na realidade remetem às origens do candomblé. Eu ouvi de minha avó que algumas cerimônias não podem ser dirigidas por mulheres e tinham que ser conduzidas por homens. Quando eu perguntava sobre a questão da homossexualidade ou da identidade de gênero homossexual, ela dizia que uma mulher trans não podia ser rodante ou não podia conduzir alguns ritos porque não era permitido pelos ancestrais ou pelos orixás. E é uma religião que tem essas características no Brasil porque na África cada povo ou cada nação tinha o seu próprio orixá, e na África, essas nações

guerreavam entre si, inclusive para vender os povos mais fracos como escravos para o homem branco. Então, a minha opinião é que seria necessário trazer mais informação, tirar um pouco da visão romântica acerca das religiões de matriz africana e trazer a realidade histórica de como elas surgiram. Desse modo elas não permanecerão politicamente incorretas e não serão rechaçadas por alguns grupos de esquerda. Eu queria, então, perguntar, com todo o respeito, se essa minha opinião tem ou não fundamento, se não seria interessante que se promovesse um movimento de reconhecimento histórico que quebrasse um pouco essa visão romântica que tentam trazer em relação a essas religiões.

**Marcio:** Vou começar pelo fim porque de algum modo, apesar das aparências, essa questão está por trás de toda a nossa discussão. Em poucas palavras: será que somos capazes de pensar e discutir as diferenças sem apelar para o universalismo, sem apelar para universais? A última pergunta, por exemplo, pressupõe que o aborto é um valor universal, que ser a favor do aborto é uma obrigação de todo mundo. Mas será que é mesmo? Por que que seria? Ou seja, que direito eu tenho de dizer que a avó de alguém estava errada porque era contra o aborto? Acho que a questão tem que ser transformada, a questão é que tipo de diálogo, que tipo de conversa, que tipo de agenciamento, que tipo de relação é possível estabelecer entre pessoas, entre grupos, entre tradições que têm posições diferentes sobre muitas coisas. Em alguns pontos será possível chegar a acordos, no sentido de que é possível combinar dois modos de existência diferentes. Mas em outros pontos acordos não serão possíveis, o que significa que se trata de uma arte contínua que sempre em que estar sendo praticada.

O problema é partir de posições que sustentam que existem alguns valores que seriam de direito universais. Se observarmos bem, esses valores são sempre ocidentais, brancos, europeus. Não conheço outro povo que propõe que seus valores são universais. A imensa maioria dos povos considera que seus valores são bons para eles e que as outras pessoas devem fazer de acordo com suas próprias tradições. Esse universalismo é uma invenção do Ocidente e está ligado a várias características da sua própria história. Assim, se partirmos desses universais, não tem jeito, começaremos a julgar e a condenar as pessoas. Em relação a este problema, acho que a decisão é muito simples: vamos seguir a lógica do julgamento ou a lógica da aprendizagem? Isso, aliás, é uma das coisas mais lindas nas religiões de matriz africana, elas não têm nada a ver com julgamento e tudo a ver com aprendizagem. Aprender não é apenas o oposto de ensinar porque quem aprende em geral aprende outra coisa que aquilo que se pretende ensinar. E aprender tampouco significa necessariamente aceitar. Trata-se de uma arte difícil, mas, afinal, viver é muito complicado mesmo e não há soluções fáceis.

É um pouco como aquilo que conversávamos há pouco sobre os presentes de lemanjá. Todo mundo adora a diferença, mas só até o ponto em que ela começa a

incomodar. “Presente para lemanjá? Fala sério!”. Como eu disse, os oceanos do mundo certamente não estão morrendo por causa dos presentes a lemanjá; e o mesmo acontece nessa campanha absurda contra o abate religioso nas religiões de matriz africana, tratando-o como se fosse o máximo de crueldade que se pode praticar contra os animais. Por que não se preocupam com a indústria alimentícia, que mata animais em escala industrial das maneiras mais bárbaras que se pode imaginar. Todo mundo sabe como o abate é feito com moderação e respeito nos terreiros; todo mundo sabe que ele tem outras funções ao lado da função religiosa, que as pessoas consomem e partilham o que é abatido.

O problema é o seguinte: em uma política da diferença, estamos dispostos a colocar em discussão qualquer diferença ou só a dos outros? Somos capazes de abrir mão da nossa crença de que existe uma verdade absoluta? E eu acho que essa é mais uma lição das religiões de matriz africana, que nunca dizem que todo mundo deve aderir a elas. O que elas dizem é mais ou menos o seguinte: “se vocês quiserem e os orixás concordarem, vocês podem vir para cá; ou, se os orixás chamarem e vocês quiserem, vocês podem vir para cá. Se não quiserem, o problema é de vocês, virem-se”. Temos alguma coisa a aprender com isso? Eu acho que temos muita coisa a aprender com isso.

A outra pergunta, se entendi bem, nos pedia quase uma análise da situação mundial... Coisa que não vou fazer, claro, especialmente porque quando penso nisso sinto uma depressão profunda, ainda mais com o Brasil de hoje. De todo modo, acho que é isso mesmo, que houve e está havendo uma guinada brutal para a direita, com todo esse reacionarismo crescente. Mas acho que, para pessoas de esquerda, há outras lições a tirar. Talvez, em especial, a necessidade de abandonarmos uma de nossas ilusões básicas, que é a ideia do progresso, essa crença de que com o tempo todo mundo vai entender que a justiça social é importante, que a distribuição de renda é importante etc. O problema é que as coisas ruins estão sempre por aí, e toda vez que baixamos a guarda, elas aparecem. A direita está sempre por aí, o reacionarismo está sempre por aí, e basta um descuido para que apareçam com toda a força. O que tivemos, nos últimos anos foi uma pequena mudança de conjuntura política e econômica, mas essas forças reacionárias que achávamos que estávamos superando, reapareceram com uma força brutal, ameaçando a universidade, as minorias, todo mundo que não está do lado deles. Um dos pontos centrais desse golpe em andamento é certamente a privatização das universidades e, eventualmente, a própria extinção do ensino superior público no Brasil. Como resistir a isso? Bem, se eu soubesse, já estaria organizando alguma coisa. E justamente esse é o problema: dá para saber? Ou será preciso aprender com as formas concretas de resistência que estão por aí, aprender como conectar essas diferentes formas de resistência? A esquerda nunca soube fazer isso, nunca soube aprender, se aliar, se conectar com as outras formas de resistência. Basta ver a dificuldade com que partidos de esquerda lidam com a questão negra, por exemplo. Porque, no fundo,

seguem acreditando que a verdadeira contradição é a de classe, que a única coisa importante são as classes sociais.

Temos o que aprender com a resistência secular das religiões de matriz africana? Claro! A intolerância religiosa não começou agora não, existe desde que as pessoas foram trazidas à força de sua terra e conseguiram, a duras penas, reconstituir ao menos uma parte dos seus modos de vida, uma parte dos seus sistemas religiosos. Estão tentando destruí-las há muito tempo, mas elas resistiram. Há, então, uma lição para aprender. Como é que resistiram contra todas as probabilidades? Do mesmo modo, há mais de 500 anos as sociedades indígenas são alvo de um projeto de destruição e muitas foram destruídas mesmo. Outras, no entanto, estão aí, seguem existindo e resistindo. Todo ano alguém anuncia que daqui a cem anos elas não vão mais existir, mas elas resistem. Somos capazes de aprender alguma coisa com isso? Acho que isso é o que está em jogo!

**Participante 12 (via link de Teixeira de Freitas):** O Congresso Baiano de Pesquisadores Negros é um congresso de pesquisadores negros onde participam tanto pesquisadores negros como brancos. Sabemos que há, dentro de alguns movimentos negros, a ideia radicalista de que a presença de brancos deve ser rejeitada. Acreditam que os brancos não são capazes de falar sobre aquilo que não vivem diretamente e perguntam como brancos podem falar de candomblé, de terreiros. O que os dois pensam sobre isso? Ao Marcio, gostaria de saber se ele já passou por alguma situação assim onde foi criticado ou mesmo rejeitado.

**Participante 13 (via link de Teixeira de Freitas):** Pergunto ao Marcio se pensa que a estética também não seria um modo de pensar essa relação interétnica que ele discute com a noção de afroindígena e os processos de reterritorialização dessas duas matrizes. Podemos falar também de uma recomposição estética? A noção de estética coloca questões e contradições ao pensamento ocidental branco?

**Participante 14 (via link de Teixeira de Freitas):** Gostaria que o Marcio, por gentileza, falasse um pouco mais sobre a política de cotas no ensino superior no sistema de ciclos. Porque na UFSB há a ideia de que a passagem pelo primeiro ciclo coloca a todos e todas em patamar de igualdade.

**Participante 15 (via link de Porto Seguro):** Aproveitando a discussão sobre intolerância religiosa, gostaria que o Marcio, que escreveu sobre antropologia política, nos dissesse como interpreta a escalada de intolerância em geral nesse momento da história ocidental.

**Marcio:** Muita coisa, não é? Primeiro, acho que é preciso pensar bem essa questão da chamada intolerância religiosa. Porque quando se fala de intolerância religiosa podemos ter

a impressão de que a solução é a tolerância religiosa. Mas a tolerância é tão horrorosa quanto a intolerância, ninguém gosta de ser “tolerado”, e o que as pessoas querem, exigem, é serem respeitadas. Voltamos às ideias de Tata Kamugenan, de Belo Horizonte. O que é tolerar e o que é respeitar? Tolerar é aceitar algumas diferenças que não incomodam e assim que incomodarem se livrar delas; respeitar é diferente, é admitir que as pessoas têm práticas e ideias diferentes e que é preciso encontrar um modo de vida em que essas diferenças não se anulem, não estejam sempre em guerra. Acho que essa é a questão e acho que as religiões de matriz africana ensinam a evitar isso, na medida em que não são impositivas, não são universalistas no mau sentido de apresentarem uma verdade única que valeria para todo mundo, com quem não quiser se converter a ela sendo devidamente executado...

Sobre a outra pergunta, é interessante que a mim nunca tenha acontecido de alguém perguntar como me atrevo a falar de certas coisas sendo branco, ainda que eu esteja certo de que muita gente pensou isso quando eu estava falando. Bem, primeiro, acho absolutamente legítimo que essa questão seja colocada a mim e, por outro lado, acho que eu mesmo tenho que estar sempre me colocando essa questão porque é só ao colocá-la que posso pensar melhor em como devo falar dessas coisas. Primeiro, não posso fingir que não sou branco e falar como se fosse negro ou, pior talvez, falar como um sujeito universal. Mas o fato é que não sou nem negro, nem universal, nem outras coisas, sou branco, no sentido que minha experiência de vida é essa, no sentido de que, querendo ou não querendo, fui beneficiado a minha vida inteira por esse fato. Essa é a primeira coisa que todo branco deveria admitir. Não me sinto culpado por isso, mas obviamente tenho vergonha disso e acho que meu pensamento tem que se esforçar por levar em conta esse fato absolutamente incontestável.

Segundo, quando tento falar sobre racismo, cotas, candomblé etc., é claro que não pretendo ensinar às pessoas negras o que elas devem fazer a respeito de algo que conhecem muito melhor do que eu. Eventualmente o que digo pode ter algum efeito sobre pessoas que não são negras e que de alguma forma também participam desse sistema. Uma pessoa branca que se envolve com os temas com que me envolvi precisa se perguntar o tempo todo se o que ela está fazendo abre possibilidades de aliança com as pessoas que são discriminadas e com o que estão fazendo. Mas a decisão de se a aliança vai efetivamente se dar é das pessoas com quem ela tenta se aliar. É uma situação que se repete muito: pessoas brancas muito bem-intencionadas ficam perplexas e às vezes ofendidas quando alguém que não é branco lhes diz, “olha, não estamos interessados na tua conversa”. Quando isso acontece, o que eu acho é que acabou a história, o fato de não estarem interessados na minha conversa é problema meu, e eu posso ir embora ou tentar de novo, imaginar que posso estar fazendo ou falando besteira, mas não querer provar que quem está errado é quem não está interessado em mim. Significa que estou fazendo um movimento errado

porque estou certo de que se o movimento abrir mesmo possibilidades criativas, de alianças, de conexões, isso acabará acontecendo.

**Maria Aparecida Lopes:** Eu só queria dar uma palavrinha para ressaltar a questão relacionada às estéticas. Quando entrei aqui hoje, fiquei pensando que íamos falar de candomblé sem estar em um terreiro ou dentro da cerimônia. Ontem, passei a noite inteira no Terreiro Matamba Tombenci Neto e fiquei achando que não tem como observar essa estética fora desse espaço. Ontem, fiquei observando Marinho tocando ao vivo, Mãe Ilza dançando aos 82 anos com aquele vestido rosa e branco maravilhoso. Toda vez que Mãe Ilza dançava, eu ficava completamente enfeitiçada, eu não conseguia desviar o olhar, é uma coisa belíssima. Então, de fato, acho que o que poderia complementar este debate aqui seria uma visita ao terreiro porque lá tudo estava completo, a música ao vivo é outra coisa. E também vale a pena ler o livro do Marcio porque acho que é uma tradução, uma materialização da poesia do Terreiro Matamba Tombenci Neto.

**Marcio:** A questão da estética é complicada. Primeiro, porque a palavra estética quer dizer muita coisa; segundo, porque “estética” evidentemente é um conceito estritamente ocidental, que supõe uma separação entre vida e arte que em outras sociedades não existe. Por outro lado, se tentarmos aprender algo com essas sociedades e pensamentos que não separam a vida da arte talvez possamos modificar o modo como pensamos a questão entre nós. Félix Guattari dizia que um paradigma estético talvez fosse um bom antídoto ao nosso paradigma científico tradicional. O que não quer dizer que a arte é sempre a coisa mais linda do mundo porque ela também pode ser um lugar horroroso de hierarquias, imposições, segregações etc. O interessante é jogar esse paradigma estético, ou ético-estético contra o nosso paradigma técnico-científico universalista, que supõe a existência de uma verdade frente à qual todo mundo é obrigado a se dobrar.

Para mim, a questão da estética como ela pode afetar certos modos de pensar, como pode ajudar a fugir dessa tentação que todo acadêmico ocidental tem de se refugiar no universal que ele imagina que sabe qual é e que ele pretende difundir e ensinar a todo mundo. O que, de novo, aproxima muito a ciência ou a academia das religiões de conversão. A arte, por sua vez, levanta ao menos essa questão interessantíssima, que é a do gosto. Será preciso justificar um gosto?

Uma outra coisa que eu gostaria de acrescentar tem a ver com o candomblé. Quando você acompanha uma festa de santo, você aprende, primeiro, que a festa tem que ser corretamente bem feita do ponto de vista religioso, que as coisas certas têm que ser feitas na hora certa, na ordem certa etc. Mas, você aprende também que uma festa de santo deve ser bonita. O que permitiria especular se a beleza e a tradição religiosas são de fato

duas coisas diferentes. Poderia haver uma festa de candomblé religiosamente correta e feia? Não sei... Ou seja, de novo, essa separação entre a “esfera” do religioso e a “esfera” estética faz algum sentido? Acho que assistir uma festa de candomblé ensina justamente que isso não faz muito sentido. Porque a beleza que emana na festa está o tempo todo compondo com os preceitos religiosos. E estes, para concluir, e como Marinho mostrou, podem mudar. Alguém acredita que o candomblé hoje é o mesmo do que há duzentos anos? Obviamente não! O que não é aceitável é que eles mudem por exigências universalistas vindas de outros códigos e impostas de fora. Eles mudam sim por uma dinâmica interna que o povo de santo sabe perfeitamente conduzir. Acho que é isso que temos que admitir, é isso que temos que respeitar. Boa noite e muito obrigado.

**Marinho:** Bom, são muitas perguntas e a maioria delas foi dirigida ao Marcio. Essa questão aí de ser branco ou negro nas religiões de matriz africana, acho que nos dias de hoje não cabe mais isso. Acho que dá para conviver de maneira harmoniosa desde que essas pessoas consideradas brancas venham e nos respeitem, venham conviver na nossa comunidade como a gente vive. O candomblé é uma das religiões que mais sabe trabalhar as diferenças, que mais tem essa aceitação.

Sobre a outra questão. Quem nasce e cresce dentro de uma comunidade de terreiro, aprende desde pequeno que tudo tem um porquê. Mas aprende também que esse porquê pode mudar. Por que não pode agora, mas de repente amanhã pode. Uma das discussões que vem se dando nas comunidades de terreiros, também em Ilhéus, é com relação a se as mulheres, podem tocar os instrumentos sagrados do terreiro, se podem tocar os tambores. Hoje, a gente vê que muitos terreiros em Ilhéus não trabalharam na formação de novos quadros de Kambonos, de ogãs para poder tocar os instrumentos sagrados. E nesse momento começa a surgir um grande quadro de mulheres que aprendem a tocar esses tambores e que por uma necessidade de algumas casas que não têm tocadores começam a tocar. Isso gera uma grande polêmica na cidade.

Lá em casa, no Terreiro de Matamba Tombenci Neto, as mulheres não tocam os instrumentos sagrados. Muitas sabem tocar, tocam em outros momentos lá, instrumentos da Gongombira, da Orquestra, do Dilazenze, mas os instrumentos sagrados elas não tocam. Porque essa é a tradição lá de casa. Quando pergunto aos meus mais velhos por que, eles dizem “olha, não pode, a tradição aqui é essa, não pode”. Eu posso até ter minhas opiniões, mas eu respeito porque a hierarquia é essa, porque faz parte da nossa religião. E se não houvesse esse pode/não pode, é permitido/não é permitido, talvez nossa religião não estivesse aqui até hoje.

Eu também gostaria de aproveitar para colocar rapidamente aqui uma experiência do Terreiro de Matamba Tombenci Neto com relação ao que a gente chama desse nosso

jeito de fazer as coisas. Temos um projeto chamado Projeto Mãe Ilza Mukalê, que nós iniciamos há alguns anos como um projeto piloto no qual realizávamos encontros com comunidades de terreiro, os mais velhos e os mais novos, para a gente falar de diversos assuntos relacionados não só ao candomblé, como também à educação, saúde, política... A partir desse encontro, surgiu um projeto realmente formatado, Projeto Mãe Ilza Mukalê, que já teve três edições. Sempre foi um projeto de formação de agentes de cultura, com jovens de comunidades de terreiro e comunidades negras em geral, mas agora desenvolvemos um projeto um pouco diferente, colocando esses jovens como protagonistas das ações, colocando-os para pensar e para conduzir a coisa do jeito deles. E isso foi difícil para nós porque era uma experiência em que você fica pensando se vai “perder o poder”, fica pensando o que vai acontecer no final das contas. E para eles também era uma coisa diferente.

Foi quando trouxemos Vincenzo Cambria, que tinha desenvolvido um trabalho de pesquisa participativa com jovens na Favela da Maré, no Rio de Janeiro, para participar do Projeto. Na primeira aula, logo depois de se apresentar, Vincenzo perguntou a eles o que pensavam fazer naquele trabalho de pesquisa participativa no Terreiro Matamba Tombenci Neto. Eles ficaram se olhando, até que alguém disse: “eu pensei que era você que ia dizer o que vamos fazer”. Vincenzo respondeu que não, que o processo seria diferente” “vocês é que vão ter que dizer o que nós temos que fazer. Vocês é que têm que pensar, vocês é que têm que discutir”. Isso é o que a gente vem tentando fazer no Terreiro, fazer com que as pessoas pensem de forma mais coletiva, concordando ou discordando, mas sempre de forma respeitosa, de um modo em que a gente possa chegar em algum lugar.

Os Encontros da Tradição Oral foram outra experiência que também tivemos. Eles aconteceram no Matamba Tombenci Neto com diversas mestras e mestres, e eu sempre provocava os jovens perguntado o que a gente queria com esses encontros; o que podia surgir nesses encontros para que a gente pudesse desenvolver uma política capaz de realmente melhorar o nosso jeito de fazer as coisas. E não só políticas públicas, governamentais, uma política nossa, do nosso jeito de fazer as coisas. Porque eu acho que essa rede de religiões de matriz africana tem muito a contribuir, colocando suas experiências, suas práticas, seus saberes. Acho que a gente pode compartilhar isso. Então, quando eu venho para um encontro como este, sempre me pergunto o que pode sair do encontro; no que que o encontro pode ajudar a caminhar para a frente, para que a gente tenha uma universidade que interaja com a sociedade do lado de fora. Como é que essa universidade pode realmente interagir com os conhecimentos das mestras e mestres tradicionais? Enfim, eu sempre me pergunto isso, e eu acho que nesses encontros nós podemos, talvez, conseguir uma forma de encontrar respostas que muitas vezes a gente fica

procurando e que, de repente, podem aparecer nesses encontros. Boa noite e muito obrigado.